

CARÁTER DAS MUDANÇAS NA AMÉRICA LATINA. ALGUMAS QUESTÕES METODOLÓGICAS¹.

Lucio Oliver Costilla²

RESUMO

Este artigo aborda as atuais mudanças em curso na América do Sul, desde uma sociologia política crítica a partir de uma análise das interconexões entre sociedade política e sociedade civil, em especial gramsciana. Ela propõe ser a chave para construir um campo de problemas teóricos e metodológicos vinculados à teoria crítica e a questão do Estado em sentido integral, que permitam entender o que acontece na sociedade política (a disputa de projetos políticos) e, sobre tudo, na sociedade civil (o universo de ideologias, valores, visões de mundo em jogo). A questão não se trata aceitar a ótica dos autores políticos que dirigem as mudanças em marcha, se não configurar teoricamente a problemática das mudanças. Sugiro que este enfoque de estudo

1 Texto elaborado para uma Conferência no Programa de Pós-graduação na UFRGS, em 4 de novembro de 2014.

2 Professor Titular e ex-Coordenador do Programa de Pós-graduação em Estudos Latinoamericanos (ELA). Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), México.

permita valorizar a capacidade de intervenção institucional e político-social das forças progressistas e perguntar se estão apostando, ou não, a elevar os níveis de organização e consciência das massas populares, questão chave na construção hegemônica. Conclui-se que a questão central a elucidar na última década e meia de governos progressistas na América do Sul é saber qual o Estado que se precisa para uma sociedade em expansão e empoderamento, e qual a sociedade civil necessária para sustentar, aprofundar ou consolidar as novas políticas em um sentido emancipador.

PALAVRAS CHAVE

Crises e reconfiguração da América Latina. Ruptura epistemológica. Construção de problemáticas sociológicas. Crítica e política nas mudanças da América Latina.

RESUMEN

Este artículo aborda las actuales mudanzas en curso en América del Sur desde una sociología política crítica a partir de una análisis de las interconexiones entre sociedad política y sociedad civil en clave gramsciana. Propone que es clave construir un campo de problemas teóricos y metodológicos vinculados a la teoría crítica y a la cuestión del Estado en el sentido integral, que permitan entender lo que acontece en la sociedad política (la disputa de proyectos políticos) y sobre todo en la sociedad civil (el universo de ideologías, valores, visiones del mundo en juego). La cuestión no pasa por aceptar la óptica de los actores políticos que dirigen los cambios en marcha, sino configurar

teóricamente la problemática de los cambios. Sugiero que este enfoque de estudio permite valorar la capacidad de intervención institucional y político-social de las fuerzas progresistas y preguntarse si están apostando, o no, a elevar los niveles de organización y conciencia de las masas populares, cuestión clave en la construcción hegemónica. Se concluye que la cuestión central a dilucidar en la última década y media de gobiernos progresistas en América del Sur es saber cuál es el Estado que se precisa para una sociedad en expansión y empoderamiento, y cuál la sociedad civil necesaria para sustentar, profundizar o consolidar las nuevas políticas en un sentido emancipador.

PALABRAS CLAVE

Crisis y reconfiguración de América Latina. Ruptura epistemológica. Construcción de problemáticas sociológicas. Crítica y política en las mudanzas de América Latina.

ABSTRACT

This article covers the current changes taking place in South America, from a critical political sociology to an analysis of the interconnections between political society and civil society, especially Gramscian. This may be the key to building a field of theoretical and methodological problems linked to the critical theory and the issue of the State, which enables an understanding of the political society (the dispute of political projects) and, above all, of the civil society (the universe of ideologies, values, worldviews at stake). It is not a question of accepting the perspective of political figures that drive the ongoing changes,

but to establish, theoretically, the issue of change. I suggest that this study approach will allow develop the ability of institutional and political-social intervention of the progressive forces and question if they are trying, or not, to raise levels of organization and consciousness of the masses, the key issue is in the hegemonic construction. I conclude that the key issue, from the last decade and a half of progressive governments in South America, is to know which is the state that is required for a society in expansion and empowerment and, in an emancipatory sense, which is the civil society needed to sustain, strengthen or consolidate the new policies.

KEYWORDS

Crisis and reconfiguration of Latin America. Epistemological rupture. Construction of sociological issues. Critical and political changes in Latin America.

Estudar criticamente as tendências contemporâneas da América Latina desde o Brasil é uma necessidade política e teórica dos tempos atuais da América do Sul. Mais ainda quando pensamos que o Brasil faz parte dessa América Latina. Com ela compartilha história, cultura, tradições e, sobre tudo, uma história de luta pela real independência dos Estados, de amadurecimento político democrático das suas massas populares e de capitalismo dependente baseado na inserção subordinada aos centros (capitalismo fundamentado na indústria

extensiva com superexploração da força de trabalho, com permissibilidade perante o despojo de recursos naturais, atrelada a permanente produção de matérias primas e de transferência de valor para os centros do capitalismo global).

Os países industrializados como o Brasil, Argentina, México, ainda com uma indústria periférica e parcial, um fordismo à latino-américa, viveram processos de desenvolvimento capitalista e avanço social e de direitos que logo se viram interrompidos pela opressão da industrialização mundial e pelas políticas dominantes nos países imperialistas centrais. Porém, tiveram uma construção própria da sua vida política e cultural e criaram uma base material e estatal para novos ciclos de desenvolvimento.

Os outros países assistiram mais tardiamente à modernização das suas bases materiais e suas relações sociais e políticas, mas desde o século anterior já fazem parte da nova era de países com povos soberanos que lutam e transformam a realidade, com revoluções como Bolívia, Cuba e Nicarágua, com reformas pactuadas como El Salvador e Guatemala, ou com reformas progressistas como as da Venezuela, Bolívia, Equador, Brasil, Argentina, Uruguai. Essas mudanças fazem parte de uma história viva que está acontecendo e que tem que ser clarificada pela crítica histórica e teórica.

O Estado tem um papel central nessas mudanças para se contrapor ao poder absoluto do capital (eufemisticamente chamado de Mercado). Mas o Estado tem também duas características que

não podemos esquecer. Primeiro, é um complexo de poder institucional em disputa, e as forças progressistas tem como tarefa central participar nessa disputa reivindicando a expansão do público, com direção adequada dentro e fora dos governos com o objetivo de criar outra ordem e criar novas relações de forças.

Uma segunda característica do Estado é que consiste num poder concentrado que só pode ser diferente a uma burocracia autoritária quando acompanhado por sociedades civis mobilizadas, organizadas, ativas e por forças operantes populares e nacionais. Assim, conquista dos governos por frações políticas progressistas é só um passo para a conquista popular do Estado e especialmente da sua sociedade civil. E lembremos, conquista do Estado tem que ser equivalente à criação de uma classe dirigente popular autônoma misturada com uma sociedade civil reformada e ativa, capaz de ser a real depositária do poder nacional e social.

Mas também América Latina vive tempos difíceis de resolução imprevisível, como é o caso da situação da Colômbia e do México, subalternizados e dominados pelos Estados Unidos e pela sua geopolítica. A violência multidimensional (aceitada parcialmente por uma fração das suas classes dominantes) está matando a sua juventude e a entrega da soberania nacional está enfraquecendo os seus Estados. Nesses países é urgente um frente de forças políticas e culturais que resgatem o país e renovem o pacto civilizatório para abrir passo a um rumo em paz. Entanto contra essa possibilidade está a adesão dos seus governos

ao neoliberalismo selvagem e a tomada das suas economias pelo capital privado transnacional.

Neste texto apresento minha visão sobre como caracterizar as atuais mudanças em curso em América do Sul. Deixo para outro momento a crítica a outros aspectos da realidade política e social da América Latina, mosaico vital múltiplo cheio de problemas e de alternativas.

I. Importância das questões metodológicas

A. Questões de método sociológico para a análise das mudanças.

1. Quando o problema é dar conta da situação, do sentido e do alcance das mudanças que estão acontecendo na América Latina (incluindo Brasil), logo aparece a questão do método. A partir de qual horizonte teórico metodológico fazer a análise? Trata-se de uma escolha arbitrária a partir do campo de conhecimento teórico, da ideologia do pesquisador ou pelo contrário o método é exigido pela própria realidade?

Pode se utilizar com o mesmo resultado o interacionismo simbólico, a sociologia compreensiva, o institucionalismo da ciência política atual ou a teoria social histórico crítica? Esses métodos têm campos analíticos diversos. Um método aponta a olhar à subjetividade dos indivíduos, outro a estudar as transformações na consciência e na moral sem considerar os elementos da estrutura social, outro a dinâmica e competência auto-referida das instituições para os conflitos políticos e a teoria histórica

crítica, a última, a tentar uma crítica a partir da racionalidade subjetiva-objetiva histórico social do fenômeno estudado³.

A nossa escolha analítica está dada pelas perguntas do nosso campo de conhecimento (sociológico e interdisciplinar) vinculado à teoria histórico crítica e à questão do Estado no sentido integral. Interessa conhecer o sentido do movimento da conjuntura da América do Sul num plano orgânico e histórico, isto é, entender a que acontece na sociedade política (a disputa dos projetos políticos), mas especialmente olhar a situação da sociedade civil (o universo de ideologias, valores, visões do mundo em jogo). Com isso se poderá valorar melhor se nos processos de mudança está produzindo também uma elevação da organização e da consciência das massas populares. Isto quer dizer olhar a situação a partir da perspectiva da unidade/distinção história espírito, história política e história teoria.

No plano das transformações dos Estados trata-se então de conhecer sua historicidade, as suas forças operantes, os atores históricos políticos, seus projetos, as políticas e a sua influência nas grandes maiorias da sociedade. Saber que tanto as mudanças estão puxando a cadeia histórica para produzir um avanço social integral, isto é, se estão conseguindo mudar também a consciência e a capacidade dos governados. Dessa maneira poderemos avaliar a capacidade de intervenção institucional e política social das forças operantes progressistas.

3 Sobre a noção da crítica veja Pérez Cortés, Sergio, "Marx y la crítica de la razón en la modernidad", em, Andamios. Revista de Investigación Social, vol. 10, núm. 21, enero-abril, 2013, pp. 233-255, Universidad Autónoma de la Ciudad de México. Distrito Federal, México.

2. A questão das mudanças pode ser entendida em função das tendências históricas e como opção política. Para isso partimos de que o ponto de partida das políticas e dos governos das mudanças têm sido as crises políticas e da estrutura orgânica das sociedades de América do Sul. Elas são o contexto da atividade política de determinadas forças operantes que fizeram a crítica da situação e propuseram alternativas a través de projetos políticos culturais. No entanto, a problemática não é simplesmente aceitar a óptica dos atores políticos que dirigem as mudanças que estão sendo feitas, senão configurar teoricamente a problemática das mudanças pela sociologia, especialmente pela sociologia política crítica. Nesse sentido, acreditamos na vitalidade da colocação que o teórico italiano Antonio Gramsci fizera faz 80 anos:

“Se ciência política significa ciência do Estado e Estado é todo o conjunto de atividades práticas e teóricas com que a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio senão consegue obter o consenso ativo dos governados é evidente que todas as questões essenciais da sociologia não são outra coisa que as questões da ciência política” (Gramsci, Caderno 14, prgf. 10)

No entanto não se trata de uma redução politicista da sociologia, pois a nossa sociologia hoje tem um horizonte diferente àquela dos inícios do século passado. É uma questão de avaliar com a perspectiva política integral que está acontecendo como processo de relação entre sociedade política e a sociedade civil:

“O problema de que é a “ciência” mesma deve ser posto. A ciência não é ela mesma “atividade política” e pensamento político, em quanto que transforma aos homens, os faz distintos do que eram antes?” (ibid).

3. Toda situação é uma conjuntura de relação de forças em movimento, de confronto de projetos e de luta de atores e instituições que se articulam como parte ativa. Forças existentes e condicionantes da -e na- vida social e cuja expressão e rumo não estão predeterminados, senão que dependem da capacidade de unificação e autonomia dos projetos e dos atores, da sua influencia na sociedade e da viabilização das políticas nas mediações e instituições, da capacidade das forças históricas políticas de compreender as causas da situação, de pensar alternativas, de congregar e intervir como classes dirigentes tanto na grande como na pequena política, de intervir na construção de políticas de hegemonia no âmbito dos grupos sociais efetivos ou, pelo contrario, não conseguir mudanças históricas e viver de novo a sua desagregação, atomização e subalternidade.

O método histórico teórico crítico pressupõe que toda situação está sob a dominação (ou sob a hegemonia) de complexas forças histórico-sociais (também institucionais, culturais e políticas), mesma que pode estar consolidada e florescente ou em crise e esgotamento, sendo expressão das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais y da luta de projetos em movimento.

4. Para Evelina Dagnino⁴, pesquisadora da UNICAMP, a situação atual da América Latina está caracterizada pela disputa pela construção democrática de projetos políticos-culturais distinto; para Edmundo Dias, outro pesquisador já falecido da mesma instituição, no Brasil existe soterrado além da disputa, um embate de projetos hegemônicos, em tanto para Francisco de Oliveira existe uma hegemonia às avessas. Concordamos em avaliar a situação atual da América do Sul como disputa ou como embate entre projetos, mas considero importante analisar nessa disputa quais forças históricas e políticas estão confrontadas. A disputa se produz em situação duma crise de hegemonia histórica, civil e política dos projetos e das forças capitalistas transnacionais operantes que nas três últimas décadas do século passado impuseram os Estados nacionais de concorrência⁵. A mesma crise foi resultado da reconfiguração das economias e das sociedades a partir da globalização neoliberal. Na conjuntura do novo século é importante analisar os projetos alternativos que tentam resistir a uma globalização unilateral e procuram ser a expressão duma força popular nacional. Olhar se essa força tem um acumulado de elementos para construir uma hegemonia diferente e alternativa (regional e nacional), e para se posicionar como força dirigente e dominante

no quadro do Estado integral contemporâneo sociedade política + sociedade civil). Nesse sentido avaliamos a tese de Francisco Oliveira como uma aproximação real em tanto a política de mudança não está orientada à elevação da capacidade dirigente das forças populares. O que possível mente este autor não considera é que toda mudança é um processo em disputa e que a conjuntura ainda está aberta.

Assim, o nosso método é analisar a problemática a partir da sua historicidade o que significa analisar as mudanças em curso em função dos embates políticos e das lutas histórico políticas nos distintos planos da vida social. Saber no que grau mudaram já as mediações institucionais perante os conflitos sociais e políticos, para valorar os projetos, capacidade e o papel das elites políticas, assim como a situação e o posicionamento das massas populares da América Latina, ainda desagregadas, fragmentadas e locais sem vínculo orgânico com os governos das mudanças. Mas analisar isto significa também construir problemáticas sociológicas.

2. A questão da construção das “problemáticas” teóricas.

A sociologia não é ideologia para processar movimentos, partidos, atores, ou indivíduos, nem simplesmente um método para seguir e analisar as políticas desenvolvidas pelos governos de novas forças políticas progressistas. Fazer sociologia é construir problemáticas para interpretar, entender (e até intervir) no ritmo da história em movimento. Pelo caminho da

4 Evelina Dagnino, Alberto Olvera e Aldo Panfichi (orgs), A disputa pela construção democrática na América Latina. Brasil, Editora Paz e Terra, 2006.

5 Noção elaborada pelo pesquisador da Universidade de Frankfurt, Joachim Hirsch, para caracterizar a grande mudança do Estado na globalização. Joachim Hirsch, El Estado nacional de competencia, México, Ed. UAM-Xochimilco, 2002. Para América Latina esta noção foi discutida e particularizada no livro de Lucio Oliver e Teresa Castro, Poder y política en América Latina, México, Ed. Siglo XXI, 2005.

construção de problemáticas é possível trabalhar a unidade/distinção entre história e espírito, história e política e história e teoria.

Os atuais movimentos orgânicos e movimentos de conjuntura das sociedades de América do Sul podem se apreciar no quadro duma prévia quebra da unidade história espírito, manifestada pelas crises políticas que deram origem a atual conjuntura e pelas orientações persistentes de políticas neoliberais que atendem prioritariamente à valorização do grande capital financeiro mundial. Isso gera problemáticas teóricas que chamam a atenção dos sociólogos e se constituem em assuntos vitais, especialmente da sociologia econômica, da sociologia política e da sociologia da cultura. Não é uma questão de empirismo sociológico.

A este respeito, diversas problemáticas importantes vão aparecendo como resultado da interação entre teoria (que estabelece a crítica às condições históricas, políticas, ideológicas relacionadas com a globalização, o Estado neoliberal desnacionalizador, a subalternidade da sociedade, o aprofundamento da desigualdade social e a inconformidade das massas, isto é o equilíbrio ou o desequilíbrio entre sociedade política e sociedade civil) e assuntos postos pela realidade. Assuntos tais como a questão das crises e do aparecimento de formas ativas de indignação social, a queda histórica e política de um tipo de domínio e de hegemonia baseados nos partidos e no horizonte republicano formal; o declínio dos vínculos corporativos históricos dos trabalhadores com os governos para passar a estabelecer vínculos

clientelistas com políticos profissionais e com partidos eleitoreiros renovados.

A problemática sociológica aí e conhecer se existe já uma nova vontade coletiva nacional popular no quadro da cultura e das instituições estatais vigentes; avaliar as mudanças perante a relação entre a dignificação econômica popular conseguida pelas políticas sociais e a época do homem líquido e do consumismo sem limites. Avaliar porque é mais fácil propor saídas para as necessidades sociais pela via do mercado (baseadas no domínio do capital) que por políticas públicas estruturantes de desenvolvimento, emprego, saúde, educação, serviços. Por que e tão difícil aparecer e crescer um movimento popular diferenciado, mas complementar das novas burocracias progressistas, qual o papel das massas populares na vida política, até quando e até donde os processos de autonomia popular, etc.

3. Especificidade histórica da América Latina. Algumas problemáticas atuantes na primeira década do século.

Respeito à questão das mudanças na América Latina e no Brasil, a seguir expomos algumas das problemáticas teóricas que aparecem quando procuramos acompanhar os processos regionais na América do Sul:

a) Partimos do fato de que os processos de acumulação transnacional e as políticas neoliberais dos Estados transnacionalizados de concorrência trouxeram nas últimas décadas do século anterior uma inusitada concentração de renda e um acentuar da desigualdade social para as sociedades latino-americanas.

Isso mudou a relação objetiva das forças, o que gerou múltiplas inconformidades sociais⁶. A problemática teórica e pensar se essa situação, que para Hirsch demonstra o fim histórico das economias nacionais⁷, configura uma crise orgânica do capitalismo latino-americano contemporâneo e quais as perspectivas da economia regional na atual globalização dominada pelo capital transnacional e atrelada à nova divisão do trabalho. A noção da crise orgânica leva também à pergunta colateral pelas verdadeiras razões da queda prévia dos projetos nacionais históricos de capitalismo nos países latino-americanos e a sua substituição pelos projetos de Estados transnacionais neoliberais de concorrência.

Foi a fraqueza do capitalismo dependente (o esgotamento duma acumulação baseada na superexploração e na transferência de valor dos países periféricos para os países centrais), ou uma imposição histórica das forças transnacionais do capital na globalização atual? Como entender a impossibilidade da multipolaridade prometida pelos ideólogos, na óptica da atual divisão internacional do trabalho. Esta última que impõe a expansão e o domínio do capitalismo corporativo transnacional, o poder supranacional das fábricas mundiais e da forma de trabalho pósfordista de reestruturação produtiva, no quadro do domínio do capital financeiro, da expansão da economia rentista, de

6 Duplicação da pobreza social e urbana, desindustrialização, desemprego estrutural, desintegração social, fragmentação dos agrupamentos sociais, desorganização das massas populares, acelerado incremento de precariado e nulo crescimento econômico (que organismos como a CEPAL chamaram de década perdida)

despojo e de produção primarizada nos países ainda periféricos?

b) Outro fato marcante deste novo século foi que as sociedades latino-americanas vivenciaram mobilizações de protesta e crises políticas de grande magnitude no final de século e no primeiro lustro do atual. A problemática colocada no âmbito das mediações políticas entre sociedade política e sociedade civil é saber se essas crises políticas da primeira década do atual século foram a manifestação duma crise de hegemonia histórica das classes nativas do capitalismo latino-americano, ou foram somente problemas de governabilidade? Como se inscrevem nesta situação os chamados governos das mudanças da primeira e da segunda década do novo século?

c) As novas orientações políticas dos governos progressistas são um fato político histórico conhecido: retomada da regulação estatal para equilibrar a economia e subsidiar a acumulação (especialmente o agronegócio e a banca internacional), políticas sociais de apoio com recursos econômicos a famílias pobres para incluí-las no consumo; incentivos para manter e obter emprego dos trabalhadores, recursos especiais para a melhora institucional da educação superior. A problemática teórica é decifrar qual o bloco de poder que estrutura e dirige as mudanças, e o peso que no bloco tem o capital estatal, as classes trabalhadoras da cidade e do campo e o pequeno e médio capital. Isto é importante perante a influência dominante anterior do capital financeiro e do grande capital privado industrial e do agronegócio.

d) As novas políticas de mudança foram elaboradas e definidas pelos governos

progressistas distanciando-se das massas populares organizadas ou desagregadas, abrindo limitadas opções para as massas participar diretamente da elaboração das políticas e sem processar uma reforma intelectual e dos valores das grandes maiorias.

Dai que uma importante problemática seja a persistência das velhas formas de pensar e de atuar (da própria relação entre sociedade civil e sociedade política, relação que tem persistido em ser eleitoral e hierárquica, de ordena e mando, de dominação e subordinação, de subalternidade das massas) que dificilmente são umas mediações adequadas para efetivar as mudanças. É possível com as formas antigas da política reconfigurar o Estado num senso integral?

Assim a questão central que tem aparecido com a década e meia de governos progressista é: qual o Estado que se precisa para uma sociedade civil em expansão e empoderamento, e qual sociedade civil é necessária para sustentar o aprofundamento e consolidação das novas políticas num sentido emancipador da sociedade?

e) O evidente caráter cesariano⁸ dos regimes de mudança, com as figuras fortes das novas políticas: Evo Morales, Rafael Correa, Jorge Mujica, o ex-presidente Lula e os já falecidos Nestor Kirchner e Hugo Chávez, cria uma interrogação sobre se a nova cidadania de consumo e as mudanças de orientação das políticas e dos aparelhos do Estado (além da

obrigatória dignificação dos trabalhadores precarizados) são suficientes para mudar o Estado integralmente. A cidadania de baixo perfil tem sustentado o cesarismo progressista de figuras que se originaram nas crises políticas e adquiriram poder a partir da perplexidade das classes capitalistas internas afetadas pelas consequências terríveis das suas políticas neoliberais. Mas cesarismo implica um nível baixo de politicidade, uma desagregação social e política, uma atomização política, isto é, a problemática é pensar se o cesarismo permite pensar numa própria autonomia das massas populares para sustentar um aprofundamento dos processos?

f) As manifestações de protesto e inconformidade de jovens de camadas populares e medias, de camponeses e trabalhadores urbanos das periferias, como aquelas de junho e Júlio dos 2013 no Brasil, o e o que expressam? Uma crise política das instituições? Aqui a problemática é pensar se se trata só da insuficiência das instituições e das políticas burocráticas, isto é se são uma nova versão atual e particular da conhecida crise da política no Ocidente, ou a crise está mostrando também ser crise do sentido da política dirigida pelos governos progressistas? Isto é, a inconformidade dos jovens e de setores populares da primeira fase dos protestos (antes de estes serem cooptados e dirigidos numa segunda fase pelos médios de comunicação e pelas forças conservadoras para se opor ao governo de Dilma Rousseff) mostra as limitações dos projetos das novas classes dirigentes progressistas para obter o consenso e tentar a hegemonia política “sem política

⁸ Cesarismo é uma figura para apontar a uma situação na qual os dirigentes se colocam acima e fora das forças políticas em disputa e submetem à sociedade e a todos os elementos políticos à sua direção.

de ampliação de alianças para a esquerda”, e a tendência de dirigir por meio de políticas burocráticas e sociais benéficas dos setores empresariais. A problemática que se coloca é se a mudança puder prosseguir sem uma reforma das relações políticas e civis que estruturam a vida social e civil. Mas a segunda fase dos protestos de junho-julho mostrou uma situação de crise dum política que desmobiliza à sociedade e não faz debates nem política aberta para incluir à sociedade na definição pública das políticas. É possível segurar as mudanças sem politização das massas populares, desmobilizando sem promover o debate aberto e público? E é mais, sem mudar o domínio quase total das classes capitalistas conservadoras sobre os grandes médios de comunicação permitindo que a única ideologia e política cultural que circula na sociedade seja a encaminhada pelos médios? É a política que deixa a atividade intelectual e moral nas mãos das classes conservadoras e amarra às mãos das classes populares e da intelectualidade crítica.

g) As iniciativas de apoio ao desenvolvimento e concertação regional, os investimentos conjuntos em estradas, portos, bancos regionais, implantadas pelos governos das mudanças. As novas relações de cooperação e intercambio internacional, de convênios diplomáticos, políticos e militares, estão entre as mais reconhecidas pelo ambiente internacional, entre elas o Conselho Sul-americano de Defesa, a União de Nações Sul americanas, o novo MERCOSUL, e num nível mundial, os BRICS. Todas essas políticas estão mostrando uma iniciativa forte de e entre os países de América

do Sul. No entanto, a problemática sociológica a considerar é se essas iniciativas estão criando realmente um mundo multipolar ou é uma forma de asfaltar o avanço do sub-imperialismo brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

COSTLLA, Lucio Oliver & CASTRO. Teresa. Poder y política en América Latina, México, Ed. Siglo XXI, 2005.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; & PANFICHI, Aldo (orgs), A disputa pela construção democrática na América Latina. Brasil, Editora Paz e Terra, 2006.

HIRSCH, Joachim. El Estado nacional de competencia, México, Ed. UAM-Xochimilco, 2002.

PÉREZ CORTÉS, Sergio. “Marx y la crítica de la razón en la modernidad”. In: Andamios. Revista de Investigación Social, vol. 10, núm. 21, janeiro-abril, 2013, pp. 233-255, Universidad Autónoma de la Ciudad de México. Distrito Federal, México.